



## CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PROFISSIONAIS E DE RESISTÊNCIA POLÍTICA: O MOVIMENTO SOCIOJURÍDICO NO SERVIÇO SOCIAL

No dia 11 de novembro a AASPTJ-SP, representada pela presidente Elisabete Borgianni, e pela primeira secretária, Maria Helena Correa, participou de palestra a convite do Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão da Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Maria Helena foi convidada como presidente do mandato provisório da AASP Brasil. Fizeram-se presentes ainda o 1º Tesoureiro, o psicólogo Eduardo Campos Neves, a conselheira fiscal, assistente social Fátima Mastelini e as assessoras Sonia Guerra, Vilma Regina da Silva e Ana Carolina Rios Lopes. A psicóloga da Fundação Casa e 1ª Secretária do mandato provisório da AASP Brasil, Angela Aparecida dos Santos também prestigiou o debate, assim como as militantes do Movimento Sociojurídico Cintia Silva (Ministério

Público) e Kely Hapuque (Sistema Prisional).

O tema da palestra foi “Construção de propostas profissionais e de resistência política: o movimento sociojurídico no Serviço Social”. Também participou da mesa a assistente social da Prefeitura de Campinas Fernanda Carriel. O núcleo é coordenado pela professora Dra. Raquel Raichelis.

Elisabete falou sobre a história do Sociojurídico no Serviço Social brasileiro, apresentando dados sobre a inserção dos assistentes sociais no Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia privada), bem como explicou que a Área Sociojurídica é mais ampla do que o Sistema de Justiça, pois abarca também os espaços sócio ocupacionais do Sistema Prisional, Unidades de cumprimento de Medidas Socioeducativas para adolescentes infratores e outras que tenham interface com o universo *jurídico* e com o Sistema de Garantias de Direitos. Expos ainda sobre como os profissionais da área foram organizando-se sindical e politicamente ao longo da história e como a atual conjuntura tem apresentado novas formas de organização, o que levou, por exemplo, à criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica (AASP Brasil). Esta construção não tem sido fácil e tem enfrentado muitos desafios, pois tem como origem as diversas questões enfrentadas pelos assistentes sociais e psicólogos em seu cotidiano

nessa área, inclusive com o adoecimento físico e mental de muitos deles e ainda encontra a resistência e até um certo “preconceito” dentro do próprio Serviço Social com relação à novas formas de resistência e organização profissional. “Vão me perguntar por que o movimento só agora? Vocês lembram do Marx, a *classe em si* e a *classe para si*, a questão da consciência? Eu diria que os assistentes sociais nesta área foram até agora *classe em si*. Há pouco tempo vêm alcançando a consciência de que precisam tomar a história nas mãos para se transformar em *classe para si* e infelizmente começaram a pensar nisso só agora porque estão adoecendo e vivendo situações de grande sofrimento ético-político”, explicou.

Maria Helena apresentou como o movimento se organizou até a criação da AASP Brasil. Expôs sobre a difícil greve vivida pelo Judiciário paulista em 2010 que trouxe à tona anseios de novas formas de organização, diante do que a conjuntura política do país, que aponta para uma reforma sindical, na qual o protagonismo será das centrais sindicais e entidades de âmbito nacional. O sindicato que representa os servidores do Judiciário é na verdade inoperante e a representação da categoria se deu pelas diversas entidades associativas que trabalharam em conjunto. “Na greve percebemos a importância da mobilização e resistência por ramo, pois na nossa categoria, apenas 10% dos profissionais mobilizaram-se para a greve”, apontou. Percebendo que estas dificuldades de mobilização e resistência também ocorria em outras áreas, associados da AASPTJ-SP decidiram pela criação de um fórum de debates com a participação de assistentes sociais e psicólogos

### Vida

*“Sempre a indescorajada alma do homem  
resoluta indo à luta.  
(Os contingentes anteriores falharam?  
Pois mandaremos novos contingentes  
e outros mais novos.)  
Sempre o cerrado mistério  
de todas as idades deste mundo  
antigas ou recentes;  
sempre os ávidos olhos, hurras, palmas  
de boas-vindas, o ruidoso aplauso;  
sempre a alma insatisfeita,  
curiosa e por fim não convencida,  
lutando hoje como sempre,  
batalhando como sempre.”*

Walt Whitman

**2014 vem aí! Ainda que dias difíceis e de desafios venham, façamos como nos ensina Whitman: Tenhamos a alma resoluta de quem não se cansa de ir à luta. É essa alma insatisfeita e curiosa, tão nossa, que nos leva sempre a encarar as batalhas e a escutar os aplausos da vida.**

Equipe AASPTJ-SP

de outras instituições do sociojurídico (Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema Prisional e Fundação Casa). Também esclareceu que o Movimento Sociojurídico surgiu com o objetivo de agir em sintonia com o ordenamento jurídico dos Conselhos Profissionais e em consonância com o Projeto ético-político das profissões. “Em nenhum momento pensamos em agir fora do ordenamento dos nossos conselhos e não pretendemos nenhuma militância fora do que apregoa o eixo ético-político da profissão. Aliás o nosso objetivo é lutar pela sua concretização. Que ele saia da academia e possa ser vivido em nossa intervenção”, alegou.

Por fim, Fernanda Carriel falou um pouco sobre a luta pela implantação da jornada de 30 horas semanais para o Serviço Social na prefeitura de Campinas e sobre sua visão da organização político-sindical da categoria. Fernanda acredita que o enfrentamento e resistência dos assistentes sociais deve se dar pelo movimento sindical de ramo. “Acredito que há uma conjuntura de retirada de direitos e que impõe o conjunto de constrangimentos ao conjunto da classe trabalhadora brasileira. Sendo nós, assistentes sociais, parte integrante da classe trabalhadora brasileira, vivenciamos no nosso cotidiano de trabalho todos estes constrangimentos. Podemos ter

especificidades, sim, nós temos, porém este conjunto de constrangimento não está imposto somente aos assistentes sociais”, defendeu. Para ela, a saída é a mobilização da categoria em conjunto com os demais trabalhadores para o enfrentamento da conjuntura de retirada dos direitos trabalhistas e também contra os ditos “sindicatos amarelos”, conhecidos por serem cooptados pelos governos e patrões.

Após a exposição das três palestrantes ocorreu um rico debate que não esgotou a discussão do tema e trouxe novos questionamentos. Desta forma, Raquel propôs a realização de novo momento de discussão no próximo semestre.

## AASPTJ-SP DISCUTE PARCERIA COM NOVA GESTÃO DO CRP-SP

No dia 21 de novembro a AASPTJ-SP esteve reunida com parte da diretoria da recém empossada gestão do CRP-SP para tratarmos de assuntos de interesse da categoria e de possíveis parcerias entre a Associação e o Conselho. Representando a AASPTJ-SP estavam o primeiro tesoureiro, Eduardo Campos Neves, a segunda secretária, Lilian Magda de Macedo e a conselheira fiscal Cláudia Anaf. Pelo CRP-SP participaram a tesoureira, Adriana Eiko Matsumoto, o secretário Luis Fernando Saraiva e o conselheiro Guilherme Luz Fenerich. Também participou da reunião a psicóloga Angela Aparecida dos Santos, representando a diretoria provisória da Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica (AASP Brasil).

Adriana abriu a reunião dizendo que o CRP-SP irá passar por um processo de planejamento estratégico e que o convite da AASPTJ-SP para dialogar é bastante oportuno, pois ajudará a apontar as demandas da Psicologia Jurídica. “No planejamento vamos encaminhar questões que surgirem aqui. Pretendemos traçar estratégias nos diferentes campos de atuação”, disse.

Eduardo questionou como a nova gestão do Conselho irá posicionar-se sobre questões polêmicas do cotidiano do psicólogo judiciário, especialmente sobre os projetos conhecidos como

“depoimentos sem dano”. Lembramos que quando o Tribunal de Justiça de São Paulo lançou o protocolo do projeto “Atendimento não-revitimizante de crianças e adolescentes vítimas de violência, especialmente sexual”, o CRP-SP pronunciou-se que iria acompanhar e monitorar o projeto piloto antes de posicionar-se. “Naquele momento não tínhamos como tomar posição, pois nos foi passado pelo TJ que este projeto era diferente do depoimento sem dano. Decidimos, então conhece-lo primeiro”, explicou Saraiva. Ele contou que dois conselheiros – ele e mais um – foram designados para acompanhar de perto e participarem inclusive das reuniões nas comarcas escolhidas para o projeto piloto. “Percebemos em alguns momentos uma grande pressão política para que o projeto deixasse de ser piloto e passasse a ser adotada em todo o Estado”, expôs.

Os representantes da Associação apontaram, então, o recente acordo assinado pelo TJ-SP em parceria com a ONG *World Childhood Foundation*, representada por sua fundadora, a rainha Silvia da Suécia, que irá inaugurar mais 29 salas de escuta no Estado todo.

“Fica cada vez mais claro, pelos depoimentos de profissionais que têm nos procurado que este projeto não tem nada de escuta. Trata-se sim de inquirição de crianças e adolescentes com o intuito de criar prova”, alegou Eduardo. Ele citou vários casos de

perguntas impertinentes que os juízes têm exigido que os psicólogos façam às crianças e que alguns magistrados chegam a ameaçar os profissionais de processo administrativo, caso eles se neguem a realizar os questionamentos.

“Nós psicólogos usamos a escuta como instrumento para entender a vivência da pessoa com aquela questão. Não trabalhamos com a ‘verdade’. E na maioria dos casos, os juízes têm por objetivo a extração da verdade com esta prática de depoimento sem dano”, alegou Cláudia. “Não vemos o Judiciário procurar o trabalho da rede nesta questão. Nossa percepção é a de que o intuito é simplesmente o de encerrar o processo”, complementou Lilian, que disse ter conhecimento de que em alguns locais já está se demandando que a escuta seja feita até mesmo sem a sala especial.

Os conselheiros ficaram de sistematizar as informações que têm chegado até o CRP-SP para que o tema seja debatido durante o planejamento estratégico.

Também foram debatidos outros temas de interesse da categoria como a preocupação com os processos éticos e a questão da responsabilização progressiva de adolescentes em conflito com a lei.

A ideia é que AASPTJ-SP e CRP-SP possam estreitar a parceria e pensar em ações conjuntas em defesa dos psicólogos judiciários.

## PRESIDENTE IVAN SARTORI ENCAMINHA SOLICITAÇÃO AO GOVERNADOR DE INCLUSÃO DE SERVIDORES NO SPPREV

Atendendo à solicitação da AASPTJ-SP, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Sartori, encaminhou no dia 7 de novembro ao governador, Geraldo Alckmin, ofício solicitando a possibilidade de inclusão de servidores no SP Prev, corrigindo injustiça com servidores do TJ-SP, especialmente assistentes sociais e psicólogos que ficaram de fora do regime próprio.

Trata-se de sugestão de minuta de Projeto de Lei Complementar, elaborada pela assessoria jurídica da Associação, para que os servidores do TJ-SP que foram admitidos, nos termos da Lei nº 500/74, para a função de caráter permanente, após a edição da Lei Complementar nº 1.010/07,

possam fazer parte da São Paulo Previdência (SPPrev).

**Veja minuta do PL elaborada pela AASPTJ-SP e entregue ao presidente em setembro no site da Associação**

### Esclarecimentos

Em razão das inúmeras dúvidas levantadas sobre a minuta de PLC que o Sr. presidente do TJ-SP encaminhou ao Sr. governador visando a inclusão dos servidores admitidos depois da criação do SPPREV, o Departamento Jurídico esclarece que:

a) o servidor que foi admitido por força de decisão judicial proferida em Mandado de Segurança im-

petrou a medida **dentro do prazo de validade do certame, embora a Segurança tenha sido concedida em data posterior, o que garante a retificação de sua nomeação, caso o governador acate o pedido do TJ e encaminhe o PLC para Assembleia Legislativa;**

b) apenas por **excesso de cautela, uma vez que já consta do ofício referido**, a AASPTJ-SP poderá fazer gestões na Assembleia Legislativa no momento em que o PLC estiver em trâmite, através da apresentação de emendas, para constar do texto, expressamente, que também será beneficiado o servidor admitido por força de decisão judicial.

**Sonia Guerra, assessora jurídica**

## AASPTJ-SP TRABALHA POR APROVAÇÕES DE PLS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O tesoureiro da AASPTJ-SP, Eduardo Campos Neves, juntamente com representantes da Assojubs, manteve um trabalho na Assembleia Legislativa de gestões junto a deputados pela aprovação dos Projetos de Lei Complementar 06/2013 (criação de cargos de assistentes sociais e psicólogos), 30/2013 (reposição salarial dos servidores referente à data-base deste ano) e 42/2013 (acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 1.111/10, sobre o Plano de Cargos e Carreiras, possibilitando aos servidores se licenciarem para tratamento de saúde, no limite de 45 dias por ano, ou ausências em virtude de consulta ou sessão para tratamento de saúde nos termos da LC 1.041/08, sem prejuízo à progressão funcional).

No dia 15 de outubro, os representantes fizeram contato com os deputados Carlos Giannazi (PSOL) e Olimpio Gomes (PDT) para agradecer o empenho pela aprovação do PLC 29 (revisão da Lei Complementar nº 1.111/10, que versa sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do TJ-SP) e buscar informações sobre a tramitação dos demais projetos. Também conversaram rapidamente com o líder do PT, deputado Luis Claudio Marcolino.

No dia 22 do mesmo mês o grupo voltou à Alesp. Desta vez, conversaram com os deputados Mauro Bragato (PSDB), Oswaldo Vergínio (PSD), Carlos Giannazi (PSOL) e Campos Machado (PTB). Todos confirmaram apoio aos projetos e aos servidores

do TJ-SP. Eduardo apontou aos deputados a necessidade de aprovação do PLC 6/2013 já que muitos assistentes sociais e psicólogos irão aposentar-se nos próximos anos e precisam ser repostos. Campos Machado comprometeu-se em falar sobre a importância de votar o projeto durante a reunião do Colégio de Líderes daquela tarde.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Sartori, encaminhou à Alesp posteriormente uma mensagem aditiva ao PLC 30, propondo parcelamento do índice em cinco anos. A proposta foi aprovada pelas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento e está na ordem do dia para ser votado em plenária.

## PROMULGADA LEI DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS

O governador Geraldo Alckmin promulgou a Lei Complementar nº 1.217, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo, com as revisões propostas pelo TJ e aprovadas pela Assembleia Legislativa, conforme

divulgado no Diário Oficial do Executivo, no dia 13 de novembro.

Entre as principais alterações destacam-se a redução do tempo exigido para progressão funcional (de bienal para anual), a instituição do adicional de qualificação (a ser pago aos servido-

res que galgarem titulação acadêmica superior à exigida para o exercício do cargo) e a criação de gratificação específica aos agentes administrativos, operacionais e de serviços judiciários, quando em atividade em unidades cartorárias.



## HOMENAGEM À ASSISTENTE SOCIAL ANA MARIA DA SILVEIRA

No final de setembro recebemos a triste notícia do falecimento da assistente social e ex-diretora Ana Maria da Silveira.

Brilhante profissional, com carreira no TJ-SP e na universidade, Ana Maria foi uma das fundadoras da Associação e participou da gestão Construindo a Manhã Desejada (2005-2009) como primeira secretária.

Sua família, nos solicitou que publicássemos como homenagem à sua memória um acróstico feito por sua irmã em outra ocasião.

Fica registrada a homenagem:

## ATO PARA CRIAÇÃO DA CENTRAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

No dia 11 de novembro, a primeira secretária, Maria Helena Correa, representou a Associação em ato público realizado na Assembleia Legislativa para dar início aos debates da criação de uma central sindical exclusiva de servidores públicos.

A ideia desta central existe há vários anos, já que as diversas centrais existentes não conseguem atender às necessidades específicas do funcionalismo. No entanto, este foi o primeiro ato concreto rumo à criação da Central dos Servidores Públicos, como deve ser nomeada.

José Gozze, presidente da Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp), coordenou o debate e explicou que “as centrais sindicais existentes absorvem nossos anseios, porém, no caso dessas centrais a demanda maior é das entidades da iniciativa privada ligadas às empresas que focam o lucro e não ao serviço público que trabalha em troca de impostos. Por isso elas não conseguem representar nossas lutas e necessidades”, completou.

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), também participou do ato e registrou seu apoio à criação da central. “Acho válida a criação de uma central sindical de servidores públicos, já que estes, no geral, não são contemplados nas lutas das centrais já consolidadas”, disse. “Muitas

### SEU NOME, SEU RETRATO

**A**na, será sempre ANA, é impossível mudar.

**N**ome hebraico significa graça, mercê, benevolência

**A**fetiva, analítica, inteligente, fala com eloquência.

**M**aria em hebraico Miryan, quer dizer Senhora, clemência.

**A**lguns dizem: exaltada, Senhora e Princesa dos mares.

**R**evê sonhos... questiona! Ora forte... Ora frágil... Deixa-se acalantar.

**I**ndependente, guerreira, valente, intervém com persistência.

**A**conselha, ajuda, temática tenta ocultar.

**D**a, significa nobreza familiar, seu nome... é sua existência.

**A**naliso, pesquisa e tudo parece demonstrar.

**S**ilveira é árvore portuguesa, majestosa e imponente.

**I**nterrogo, verifico e não consigo analisar diferente.

**L**aços de ternura, de irmã, elo forte e familiar.

**V**ocabulários me faltam, dificulta-me analisar.

**E**speculo atrapalhada com rimas, desisto: o acróstico é sem imponência

**I**limitada gostaria de dizer-lhe mil coisas com excelência...

**R**adiante confesso e descubro, seu nome nada tem a ocultar.

**A**NA MARIA é realmente GRAÇA E CLEMÊNCIA, e nada posso mudar.

Beijos de sua irmã que a ama.  
Vera

Monsenhor Paulo, 19 de maio de 2011

delas são entidades ‘chapa branca’, já domesticadas pelos governos”, completou.

No final do evento, definiu-se que as entidades presentes integrarão um comitê para definir as metas e objetivos da Central, que irá reunir sindicatos e associações.

### EXPEDIENTE

#### AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

##### Diretoria

Presidente – Elisabete Borgianni / Vice-presidente – Ligia Maria Castelo Branco  
1ª Secretária – Maria Helena Correa / 2ª Secretária – Lilian Magda de Macedo  
1º Tesoureiro – Eduardo Campos Neves / 2ª Tesoureira – Margarida Maria Buosi

##### Conselho Fiscal

Claudia Anaf / Elaine Major Ferreira / Fatima Elizete Zanoni  
Suplentes: Nanci Adelina Kurata / Maíla Rezende Vilela

##### Conselho Editorial

Maria Helena Correa, Ligia Maria Castelo Branco, Lilian Magda de Macedo  
e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação  
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)  
Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar – Conj 21 – Centro  
Cep 01042-001 – São Paulo – SP – Telefone: (11) 3256-5011;  
E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br; Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.